



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0011887-78.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
Requerente: **Gustavo Castro de Oliveira**
Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Vistos.

GUSTAVO CASTRO DE OLIVEIRA pediu a condenação de **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS** ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 08 de janeiro de 2012.

Citada, a ré compareceu à audiência designada e, infrutífera a proposta conciliatória, contestou o pedido, aduzindo a necessidade de regularização do polo passivo com a inclusão da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S. A., arguindo a prescrição, ausência de documentos essenciais e inexistência de incapacidade funcional.

Instado a manifestar-se sobre a contestação, o autor ficou silente.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Sustenta o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional permanente, o que induz a necessidade de avaliação pericial.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Segundo a avaliação pericial, a lesão acarreta uma incapacidade, já desde a data do acidente, estimada no momento em 17,5%. Pode sofrer variação, mas para o momento é esta.

Inexiste motivo para não se aplicar a tabela que estabelece os percentuais incapacitantes. Não se avista outro critério possível, excluindo-se, é claro, a pretensão do autor, de reconhecimento de incapacidade total, repelida pelo laudo, que, aliás, elegendo critério técnico definiu o percentual incapacidade, que não é infirmado por qualquer outro elemento probatório.

Incide correção monetária desde quando tornou-se devido o pagamento, para recuperar a expressão econômica.

A incidência dos juros moratórios é obrigatória, a partir da citação, data em que a devedora foi constituída em mora (CPC, art. 219) [1º TACSP, Ap. Sum. 1.028.169-3, j. 05.02.2002, Rel. Juiz Ary Bauer, RT 805/254).

Os juros moratórios correm, sem dúvida, à taxa legal, de 12% ao ano, desde a época da citação inicial.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** a pagar para o autor, **GUSTAVO CASTRO DE OLIVEIRA**, a importância de R\$ 2.362,50, com correção monetária desde a data do evento danoso e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial, acrescida dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação, além das custas processuais.

P.R.I.C.

São Carlos, 21 de janeiro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DATA

Em ____ de ____ de ____

recebi estes autos com a r.sentença supra.

Eu, _____ (esc.subscrevi).

PUBLICAÇÃO

Em ____ de ____ de ____

por determinação superior público em Cartório
a sentença supra.

Eu, _____.